

O mais grave: os juros atrasados há 53 dias.

Os compromissos externos do Brasil em atraso já somam 1,8 bilhão de dólares, tendo aumentado em cerca de US\$ 400 milhões nos últimos 15 dias. Essa informação, dada ontem por uma fonte do Banco Central, foi completada por representantes de bancos estrangeiros com filiais no País, segundo quem os atrasos já ultrapassam 60 dias e estão gerando uma situação de intranquilidade entre os bancos internacionais, que se encontram diante da iminência de contabilizar como prejuízo os empréstimos concedidos ao Brasil.

Ainda ontem, o presidente e o vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil, Oswaldo Colin e Eduardo de Castro Neiva, iniciaram por Miami contatos com dirigentes de bancos regionais do Sul e da Costa Oeste dos Estados Unidos. Hoje, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, tem encontro com os economistas do subcomitê de economia do comitê de assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira, Douglas Smee, Bryce Ferguson e S. Chapmann, e almoça com o dirigente do Bank of América, William Bolin, junto com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

O governo procura, após a conclusão dos entendimentos técnicos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), criar clima favorável para a retomada das negociações com os banqueiros estrangeiros. O Banco Central assegurou aos bancos a prioridade no pagamento dos juros dos empréstimos sindicalizados, com atrasos em torno de 60 dias, ao reconhecer que a média dos atrasados alcança 53 dias.

Mesmo com a centralização das remessas ao Exterior e o controle total dos ingressos de moeda estrangeira, em vigor desde o início do mês, o fluxo de caixa continua desfavorável até para a cobertura dos compromissos prioritários, como o pagamento das importações de petróleo e dos juros. Por isso, o Banco Central só pode pedir paciência aos credores e reiterar as prioridades, observou fonte da área financeira.

Segundo informações de representantes de filiais de bancos estrangeiros no Brasil, o atraso brasileiro poderia até mesmo justificar a declaração, perante qualquer tribunal estrangeiro, da insolvência brasileira, o que provocaria de imediato a antecipação da liquidação imediata de toda a dívida externa brasileira, em torno de US\$ 90 bilhões.

Contudo, a insolvência do Brasil constitui, no entendimento dos banqueiros, uma hipótese ainda remota, porque eles estão procurando induzir o governo brasileiro a negociar o pagamento de sua dívida externa com os governos dos países industrializados, através do Clube de Paris. Os banqueiros estrangeiros, segundo seus representantes no Brasil, preferem evitar a declaração da insolvência, sobretudo porque sabem que o País não disporia dos ativos necessários para cobrir a dívida contraída no Exterior.

Para os bancos credores do Brasil, o maior atraso no pagamento dos juros da dívida das estatais criará problemas no relacionamento com seus acionistas. Isso porque não mais poderão computar no ativo a receita correspondente àquele débito, mas, ao contrário, aumentar suas reservas para atender a eventual prejuízo com o não recebimento da dívida.

Em consequência dessa situação, diminuirão os lucros dos bancos credores do Brasil, e certamente a direção deles enfrentará problemas com seus acionistas, sobretudo diante da exposição a que submeteram seus recursos, ao concederem elevados empréstimos ao Brasil.

A perspectiva de o Brasil negociar com os governos dos países industrializados o pagamento de sua dívida externa é considerada, pelos banqueiros estrangeiros, como uma alternativa para o País escapar à declaração de insolvência. Segundo comentam os representantes de filiais no Brasil de bancos estrangeiros, o recurso ao Clube de Paris (que reúne os governos dos países industrializados do Ocidente) constitui a saída natural para que o Brasil consiga equacionar o pagamento em tempo dos seus compromissos externos.